

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Educação e Ciência

Professor Alexandre Quintanilha

Tive oportunidade de privar com o Sr. Professor em várias conferências internacionais em que participei enquanto dirigente da confederação de associações europeias de jovens investigadores (EURODOC), tendo por si um enorme apreço e respeito intelectual. Tomo a liberdade de contactá-lo, enquanto representante dos Pais da turma do 3º F, da Escola EB1/JI de S. José, Agrupamento Vertical de Escolas Baixa-Chiado, para expor uma situação que consideramos grave e sem resolução há vista.

A actual turma do 3º F tem-se visto privada da continuidade e estabilidade pedagógica, factores que, de acordo com os vários documentos de política educativa disponíveis, são fundamentais ao processo de crescimento e aprendizagem das crianças. Nos seus dois primeiros anos de escolaridade, a turma contou com dois professores distintos. A situação parecia ter ficado resolvida, quando nos foi comunicado que o Professor titular do 2º ano teria efectivado na escola por um período de 4 anos, garantindo deste modo a tal continuidade e estabilidade pedagógica necessárias. Tal modo era garantido que o próprio professor apresentou aos pais um programa para três anos, que contemplava, não só as matérias e conteúdos expectáveis, como também um projecto artístico ligado ao cinema e fotografia. Foi com (muito desagradável) surpresa que o Professor comunicou aos Pais em Abril que teria de se submeter a um novo concurso de colocação, motivado por uma directiva da Assembleia República. Infelizmente, o Professor acabou por não conseguir colocação, tendo ficado colocado num Agrupamento contíguo.

Aquando da informação que o professor não ficaria, os Pais da turma mobilizaram-se no sentido de encontrar uma solução que permitisse a recolocação do professor na Escola. Foi para isso solicitada uma reunião com o Director do Agrupamento e foi enviada uma carta ao Senhor Ministro da Educação, até hoje sem resposta. Da parte do Agrupamento, uma postura completamente passiva (displicente até) e uma resposta desmoralizadora.

Actualmente a situação da turma mantém-se ainda mais crítica. Foi atribuída à turma uma professora titular (Prof. Maria dos Anjos Fenrinha) que, antes do início do ano lectivo, apresentou uma baixa médica com a duração de 30 dias. Os pais nunca chegaram a conhecer a Professora. Procurando informações e esclarecimentos sobre a situação, e sobretudo tentando perceber o que estaria pensado para a turma, os pais mobilizaram-se uma vez mais na procura de respostas, recorrendo uma vez mais ao director do Agrupamento, enquanto autoridade máxima. Infelizmente a atitude de sobrançeria manteve-se e até hoje, após dezenas de emails enviados, os esclarecimentos continuam por chegar. A fuga para a frente, atribuindo culpas ao sistema, e alegando nada poder fazer, que é lei e o procedimento, é um argumento exasperante e como deve compreender inaceitável. A questão é evidentemente política, e não podemos deixar de repudiar uma atitude de auto destruição do ensino público com uma postura autofágica, fechada e legalista. Não é de todo compreensível que se deixe degradar uma situação, que poderia ser evitável com uma maior proatividade do director do agrupamento .

Sr. Professor, recusamos o argumento que no **ensino público não se pode fazer nada**, que a participação dos pais no ensino não é valorizada, que se pode relativizar a complexidade de uma turma em parâmetros, leis e sistemas não qualitativos e dizer que está tudo bem porque está dentro da lei, que a

continuidade dos processos pedagógicos não é importante. Vimos por este meio pedir-lhe, **ajuda na procura de esclarecimento e medidas correctivas.**

Consideramos que, não existe ensino se ele for meramente tecnocrático e algorítmico, sem cara, sem personalidade e sem política.

Apesar de todos os esforços e iniciativas os pais continuam cheios de dúvidas. Não teríamos considerado este pedido de ajuda, se o direito à informação aos pais e encarregados de educação tivesse sido exercido e não ignorado pelo Director do Agrupamento. Sendo esta claramente uma situação provocada pela abertura excepcional de um concurso, motivado por razões que não se entendem e que resultaram num grande prejuízo do sistema educativo, e como somos vítimas colaterais de uma situação política, dirigimos um conjunto de questões à comissão parlamentar, para as quais gostaríamos de ter resposta:

- Porque é que o director do agrupamento não se pode manifestar de forma clara para que seja garantida a permanência de um Professor, que é unanimemente avaliado muito positivamente, pelos Pais, pelos colegas (ao que parece até pelo próprio director de agrupamento) e acima de tudo pelos alunos?

- Se, em concurso anterior, o Professor ficou colocado em primeiro lugar porque é que o agrupamento não pode solicitar ou criar ferramentas para que esse professor se mantenha nesse agrupamento?

- Porque é que sendo mais um efeito colateral da fraticida abertura de concursos públicos, como é possível que não exista até hoje qualquer avaliação desse processo? Foi positivo? Foi negativo? Que é que isso melhorou o sistema educativo?

- Como é possível que, num agrupamento central do concelho de Lisboa, que agrega duas das freguesias que combinam, não só um acelerado processo de perda populacional, como um processo de gentrificação violento, nada se possa fazer para promover a coesão social e desacelerar o inevitável desenraizamento das famílias, promovendo a diversidade e a multiculturalidade social cultural desta zona da cidade?

- Como se pode acreditar e valorizar a escola pública com este tipo de soluções e respostas?

Nós, Pais do 3º F, gostaríamos de ter, da parte desta comissão parlamentar, uma resposta a todas estas questões, colocando-nos disponíveis para uma reunião ou audiência com os diversos interlocutores no sentido de encontrar as

melhores soluções possíveis, na exigência do cumprimento de um dever enquanto pais e cidadãos, que é o do promover e valorizar a Escola Pública.

Cordialmente

Coloco-me ao dispor

Raquel Santos